



Farra das Passagens: crítica ao patrimonialismo e estratégias de agendamento e mobilização da opinião pública no jornal O Povo¹

Adilson Rodrigues da Nóbrega²

Luís Celestino de França Júnior³

Faculdade Luciano Feijão/ Embrapa, Sobral, CE
Universidade Federal do Ceará, Juazeiro do Norte, CE

RESUMO

Ao abordar a série de reportagens sobre a “Farra das Passagens” no jornal O Povo (CE), o artigo analisa os modos como os textos reproduzem críticas à persistência de traços patrimoniais na política brasileira. Por meio destas críticas, são observados esforços no sentido de agendar e mobilizar uma opinião pública, atuando como um porta-voz da sociedade. Também discute-se o jornalismo como uma construção social que usa estratégias para exercer papéis de pressão.

PALAVRAS-CHAVE: patrimonialismo; agendamento; opinião pública

Introdução

No dia 21 de abril de 2009 o jornal O Povo, periódico diário sediado em Fortaleza (CE), publicou o que seria a primeira de uma sequência de reportagens a respeito do uso, por parte de parlamentares cearenses, de verba da cota de passagens aéreas do Congresso Nacional. O título “Cearenses lideram a farra das passagens” já prenunciava um tom de crítica a ser adotado pelo jornal à prática dos deputados federais em utilizar recursos públicos para beneficiar diretamente parentes, assessores ou mesmo articular supostos esquemas de fraudes para desvios destas mesmas verbas.

Até o dia 11 de maio daquele ano o O Povo emendou uma série de frequência quase diária de matérias, dando desdobramento a algumas denúncias, aprofundando alguns dos casos ou mesmo produzindo cadernos especiais sobre “benefícios” dos agentes políticos nas diversas esferas de poder.

Em algumas oportunidades, o veículo se valeu das agências de notícias para acompanhar o andamento de apurações e da repercussão dos casos junto à Mesa Diretora da Câmara dos Deputados. Na maioria dos casos, porém, partiu de denúncia

¹ Trabalho apresentado no DT Jornalismo do IX Congresso de Ciências da Comunicação na Região Nordeste, realizado de 10 a 12 de junho de 2010.

² Professor do curso de Administração de Empresas da Faculdade Luciano Feijão (FLF) e analista da Embrapa Caprinos e Ovinos. E-mail: adilson@cnpq.embrapa.br

³ Professor do curso de Comunicação Social – habilitação em Jornalismo da Universidade Federal do Ceará (UFC) – campus Cariri. E-mail: luis-celestino@uol.com.br



inicial – mostrada pelo site Congresso em Foco – para produzir sua própria série de reportagens com foco nos parlamentares do Ceará.

Este artigo aborda representações presentes na série de matérias, com evidência para alguns aspectos considerados primordiais pelos autores: a crítica do jornal ao patrimonialismo, atuando como pretensa porta-voz de uma sociedade que repudia o uso de recursos públicos para fins privados; a tentativa do jornal de mobilizar e direcionar a opinião pública por estratégias diversas; o jornalismo como uma forma de construção social e o agendamento das matérias; o papel atribuído pelo jornal aos veículos de comunicação como indutores de uma pressão junto aos parlamentares.

Em um primeiro momento, recorreremos ao estudo do patrimonialismo como característica presente na formação da sociedade e da política brasileiras. Esta “tradição”, porém, seria rejeitada pela tendência, no Brasil, contemporâneo, de manifestação da sociedade civil contra a promiscuidade entre recursos públicos e privados. Isto seria uma das motivações do jornal a se posicionar com abordagem crítica sobre os fatos, recorrendo inclusive a estratégias para direcionar leituras, como será mostrado.

Em seguida, toma-se a discussão do jornalismo como construção social, baseado como pano de fundo para interpretar questões como a responsabilidade social dos jornais, nas relações entre jornalismo e democracia. Abre-se espaço, também para artifícios utilizados pelo jornal no esforço de construir o quadro da “farra” e seu contraponto, as “medidas moralizadoras”.

Por fim, lançaremos hipóteses sobre a atuação do jornal como agente de uma lógica favorável ao legal-racional e as tentativas de fomentar uma “opinião pública” em um contexto em que pouco se verificou uma mobilização da sociedade em torno da leitura traçada pelo veículo de comunicação.

1. Crítica ao patrimonialismo e estratégias de mobilização da opinião pública

Ao concentrar a atenção em denúncias sobre utilização de cotas do poder legislativo federal para passagens aéreas que acabaram destinadas a familiares de deputados, atletas de um time de futebol vinculado a um parlamentar ou a agência de turismo pertencente a irmão da assessora de um deles, o jornal O Povo enfatiza temática tida como enraizada na formação política e social do país: o patrimonialismo e a



consequente falta de definição entre os limites do público e do privado entre os agentes políticos brasileiros.

A abordagem do patrimonialismo na formação da sociedade brasileira está presente em obras como *Os Donos do Poder*, de Raymundo Faoro e *Raízes do Brasil*, de Sérgio Buarque de Holanda. Ambos têm como referência o conceito do patrimonialismo como reflexo da dominação tradicional, presente da sociologia da dominação da obra de Max Weber. Para o sociólogo alemão, a moderna organização administrativa, característica da dominação burocrática-legal-razional, traz com ela a separação dos “recursos monetários e outros meios oficiais da propriedade privada e do funcionário” (WEBER, 1994, p.199).

De acordo com Weber, a especialização de funções e a impessoalidade caracterizam o funcionalismo no aparato estatal burocrata moderno, em que funcionários públicos não são mais tidos como servidores pessoais de soberanos ou príncipes (o que acontece no modelo da dominação tradicional). Desta forma, a tendência é de consolidação da distinção entre os domínios do público e privado na organização do Estado.

A abordagem weberiana serve de base às observações de Faoro e Holanda. O primeiro enxerga na sociedade brasileira uma persistência do patrimonialismo, com um segmento social específico – os “donos do poder” que intitulam a obra – sendo o principal responsável pela confusão entre os limites do público e privado, ao exercer o poder público pautado de acordo com interesses particulares.

Já a abordagem de Sérgio Buarque de Holanda relaciona o patrimonialismo à influência da família patriarcal na formação da sociedade brasileira. O agente político tomaria ares do patriarca familiar, regendo seus subordinados de forma semelhante e contemplando-os com benesses de acordo com critérios pessoais. Diz ele:

As relações que se criam na vida doméstica sempre forneceram o modelo obrigatório de qualquer composição social entre nós. Isso ocorre mesmo onde as instituições democráticas, fundadas em princípios neutros e abstratos pretendem assentar a sociedade em normas antiparticularistas (HOLANDA, 1997, p. 146).

Para esta visão, compreender um patrimonialismo à brasileira, influenciado pelas relações advindas da família patriarcal, é fundamental para o entendimento de fenômenos como o coronelismo, clientelismo e formas de exercício de poder marcadas



por nomeação de colaboradores de campanhas eleitorais para cargos públicos, nepotismo e outras.

Há autores que observam ser este conluio entre poderes estatal e privado um aspecto “essencial” da política brasileira, com uma tradição do Estado distribuir patrimônio a particulares em troca de cooperação e lealdade, fomentando relações de poderes baseadas em favorecimentos pessoais (CARVALHO, 2004). Sérgio Buarque de Holanda também reforça a análise desta “tradição”, ao dizer que no Brasil

pode-se dizer que só excepcionalmente tivemos um sistema administrativo e um corpo de funcionários puramente dedicados e interesses objetivos e fundados nestes interesses. Ao contrário, é possível acompanhar, ao longo de nossa história, o predomínio constante das vontades particulares que encontram seu ambiente próprio em círculos fechados e pouco acessíveis a uma ordenação impessoal (HOLANDA, op. cit., p. 1997)

O Brasil contemporâneo mostra, porém, uma antítese: de um lado, a persistência dos traços patrimonialistas na atividade política brasileira, do outro, a cobrança da sociedade civil por ações que impeçam esta considerada “promiscuidade” entre público e privado. Esta cobrança inclusive, já efetivou algum retorno da classe política, com o advento de instrumentos como os chamados portais de transparência, legislações sobre conduta de agentes políticos e responsabilidade fiscal e a cobertura de veículos de comunicação social sobre “escândalos” envolvendo o uso de recursos públicos para fins particulares – rótulo que não faltou na cobertura do O Povo.

É esta dicotomia, talvez, que gera alguns aspectos importantes vistos na série da “Farra das passagens”. De início, fica clara a opção do jornal em focar a questão da utilização da verba pública para interesses particulares em diversas das matérias, em tom crítico.

Logo na primeira reportagem, “Cearenses lideram farra das passagens”, de 21 de abril, vemos no texto que entre os principais destinos dos vôos estavam “cidades turísticas como Miami, Paris e Nova York” – que já denotaria que tais passagens provavelmente não foram utilizadas para atividades parlamentares. A mesma matéria diz: “a maioria das passagens creditadas na cota de Léo Alcântara⁴ foi utilizada por ele e por familiares como a esposa Ane Alcântara, e os filhos Lucas e Lúcio Neto”.

No dia 25 de abril, o jornal traz denúncia sobre o deputado federal Aníbal Gomes (PMDB), na matéria “Câmara investiga deputado cearense”, envolvido em um suposto esquema de comercialização de parte da sua cota de passagens aéreas como congressista

⁴ Deputado federal do PR-CE.



para uma agência de turismo, pertencente a irmão de uma de suas assessoras. Já no dia 28 de abril o periódico traz a denúncia contra o deputado federal Eugênio Rabelo (PP).

Diz o texto:

Depois de ter o nome envolvido com a farra de passagens aéreas internacionais compradas com dinheiro da Câmara, o deputado federal Eugênio Rabelo (PP) teve agora de dar satisfações para **mais um escândalo: a emissão de 77 bilhetes para 27 jogadores, dois técnicos e três dirigentes do Ceará Sporting Club**. Segundo reportagem publicada ontem pelo jornal Folha de São Paulo, a iniciativa de Eugênio Rabelo – que **beneficiou ainda amigos e parentes dos atletas, além de radialistas encarregados de cobrir os jogos do time alvinegro** – ocorreu no ano de 2007, **época em que o deputado cearense também respondia pela presidência do clube**⁵.

Nos três trechos grifados, aspectos importantes: no primeiro, o juízo de valor do jornal e o conseqüente tom crítico da abordagem ao classificar a denúncia como “escândalo”. Além disso, a discriminação dos beneficiados pelas passagens que, somada ao terceiro trecho grifado, evidencia o aspecto de patrimonialismo: o parlamentar teria utilizado a cota do Congresso Nacional para contemplar atletas e integrantes de comissão técnica de clube de futebol do qual era presidente.

É neste contexto, inclusive, que nas matérias coexistem discursos de uma relativa naturalização das práticas patrimoniais quanto de um certo “arrependimento”, todos eles por parte dos próprios parlamentares e assessores envolvidos. A “tradição” patrimonial aparece, por exemplo, aparece justificada na fala de Ana Pérsia, assessora do deputado Aníbal Gomes que diz ao O Povo que “a prática de compensação é normal e que o troca-troca ocorre, inclusive, entre gabinetes de diferentes deputados. Numa relação de coleguismo, os que têm passagens de sobra cederiam bilhetes aos parlamentares que passaram da conta”⁶.

Sobre o mesmo caso, o deputado Aníbal Gomes figura na matéria “Deputado nega exagero, mas admite esquema”, do dia 6 de maio, da seguinte forma:

O deputado cearense admitiu que permitia a doação de passagens para qualquer pessoa que fosse ao seu gabinete solicitar. “Eu dava, realmente, passagem a muita gente e admito: familiares, base (eleitoral), tudo que era cearense que chegava lá, dava a todo mundo”, confirma o parlamentar, ressaltando que a cota pertencia ao gabinete e que todos os outros deputados agiam assim, já que não havia nenhuma norma restritiva.

⁵ Grifos dos autores do artigo.

⁶ Na matéria “Câmara investiga deputado cearense”, de 25 de abril de 2009.



Egberto Melo, identificado como assessor de imprensa do deputado Eugênio Rabelo, na matéria “Eugênio Rabelo usou cota para viagens de jogadores” (28 de abril), surge no jornal justificando o fato citado no título da matéria. Segundo o jornal, o assessor consideraria a utilização das passagens uma prerrogativa legal de seu superior: “Cada parlamentar tem uma cota e a utilizava da forma que quisesse”, justifica ele. Já em “Cearenses usam cota após o mandato”, matéria do dia 29 de abril, o ex-deputado federal Almeida de Jesus contemporiza: “foi gente que precisou ir a Brasília fazer tratamento médico, estudantes que queriam fazer estágio no Congresso, esportistas, assessores meus”.

Em contrapartida, vêm dos parlamentares envolvidos expressões que sinalizariam um “arrependimento”. Na citada matéria “Cearenses usam cota após o mandato” vemos:

Almeida e Moroni reforçam que não cometeram nenhuma irregularidade. Apesar disso, Moroni promete ressarcir os cofres da Câmara, caso se constate alguma ilegalidade. Almeida, entretanto, diz não ter dinheiro para isso. Na tarde de ontem, João Alfredo emitiu nota à imprensa dizendo estar arrependido e, ao O POVO, responsabilizou a Casa, que teria cometido o “pecado original” de pagar antecipadamente o valor da cota às companhias aéreas⁷.

Portanto, na série de reportagens, o O Povo faz coexistir a admissão do beneficiante a entes privados (uma visão naturalizadora do patrimonialismo) a confissões de parlamentares que, sob uma ótica racional-legal e, aparentemente pressionados por setores da mídia e da opinião pública leitora do jornal, pedem desculpas e se afirmam à disposição até mesmo de ressarcir o tesouro público. Porém, é sobre exatamente esta questão da “pressão” de veículos de comunicação e da opinião pública que uma questão merece aprofundamento: as estratégias do jornal nas tentativas de mobilizar e direcionar a opinião pública sobre a “Farra das passagens”.

De imediato, alguns aspectos editoriais devem ser levados em consideração. O uso de expressões como “farra”, “escândalo” (presente no texto de algumas reportagens e no antetítulo da matéria “Ciro nega uso irregular de passagens”, de 11 de maio) ou “regalia” (em “Câmara muda regras, de 29 de abril), já denota uma orientação de tratamento crítico ou vigilante por parte do jornal.

⁷ Além de Almeida de Jesus, os outros parlamentares citados neste trecho são Moroni Torgan, ex-deputado federal pelo DEM e João Alfredo, também ex-deputado federal e atualmente vereador de Fortaleza pelo Psol.



É, porém, a edição de trechos em que parlamentares justificam práticas patrimoniais que chama atenção. Pode-se questionar: até que ponto esta inserção se daria somente pelo cânone jornalístico de ouvir todos os lados envolvidos no fato ou se trataria de edição jornalística para condenar a própria utilização da verba de passagens aéreas para fins privados?

Observa-se, por exemplo, na citada matéria “Deputado nega exagero, mas admite esquema”, que o jornal destaca a seguinte fala do deputado Aníbal Gomes: “Ele sugere que seja dado aos parlamentares um ‘salário digno de R\$ 24, 25 mil’, mais uma ajuda de custo de R\$ 5 mil para compra de combustíveis”. Uma análise baseada na segunda hipótese do parágrafo anterior poderia ver na expressão destacada entre aspas uma evidência do jornal ao mau uso do dinheiro público, no momento em que um parlamentar já acusado de irregularidade sugere um salário ainda maior (ou “digno” na expressão dele) para os congressistas e um novo adicional para combustíveis.

Os artifícios utilizados por jornalistas para mobilizar a dita opinião pública ou mesmo conduzir a formação da mesma são analisados por autores como Patrick Champagne. Para este, vários confrontos na mídia moderna deixam transparecer a “preocupação dos jornalistas em serem, ou aparecerem, como simples juízes imparciais nesta luta verbal” (CHAMPAGNE, 1998, p. 21). Na mesma obra, o autor enfatiza, também, a profissionalização de atores para, por meio das tecnologias modernas de mídia, darem existência política a uma “opinião pública”, que na verdade é fabricada por eles próprios.

Para além da seqüência de “suítes” que desdobram a “Farra das passagens” durante 21 dias, outras estratégias do jornal são interessantes para um questionamento da possibilidade do veículo procurar conduzir a opinião pública para a formação de um juízo negativo sobre a “farra”. A primeira delas é dar voz a representantes da sociedade civil ao longo das matérias.

Em “Líderes já discutem pacote moralizador” (reproduzida de agências de notícias) de 22 de abril, observa-se a citação à empresária Luiza Trajano, que teria cobrado satisfações a parlamentares presentes ao Fórum Empresarial de Comandatuba, sobre a série de denúncias a respeito do “escandaloso mau uso do dinheiro público colocado à disposição dos gabinetes dos deputados”. Outra fonte citada é o atual presidente do Ceará Sporting Club, Evandro Leitão, que na matéria “Eugênio Rabelo usou cota para viagens de jogadores”, classificou de “atitude condenável” a prática de seu antecessor na presidência do clube.



São, porém, dois artigos redigidos por editores de *Conjuntura* do jornal que trazem o caso mais interessante. Distribuídos ao longo das matérias (fora do espaço reservado à editoria de opinião do jornal, portanto), os textos “A chance de mudar”, do editor-executivo de Gualter George e “Nem sempre um mal”, da editora adjunta Kamila Fernandes, que parecem esforços de delimitar algumas margens de leitura possíveis.

O de Gualter, por exemplo, ataca o patrimonialismo, mas faz questão de preservar a democracia e suas instituições:

O que quero dizer é que as descobertas dos últimos meses, na Câmara e no Senado, para ficar nas situações específicas apresentadas, exigem soluções concretas, devem nos envergonhar e irritar, mas andam longe de expressar um momento mais grave, ou menos grave, da nossa democracia. A boa notícia, escondida nos escândalos que aparecem sem trégua, é que já em 2010 estaremos diante da possibilidade real de punir politicamente os responsáveis pelas traquinagens trazidas à baila.

O de Kamila ressalta que alguns benefícios a agentes políticos são necessários ao exercício dos cargos, devendo ser condenados somente os “excessos”:

Sem tudo isso, como argumentam cientistas políticos, fica difícil alguém se habilitar a concorrer a um cargo público. Desse ponto de vista, salários maiores do que recebe um cidadão comum, carro à disposição, telefone celular institucional e cotas de passagens aéreas não são abusos, mas acessórios importantes para o desempenho do agente público. O que se deve combater são os excessos: uso de passagens pagas pelo poder público para passeios ou por pessoas que não tem nada a ver com o cargo, uso do cartão corporativo para benefícios pessoais ou compra de itens supérfluos.

Nos dois artigos um traço em comum: a cobrança por “soluções” para as práticas patrimoniais, ressaltando, porém, que o Poder Legislativo e algumas das vantagens concedidas aos parlamentares devem ser preservadas. Assim, o veículo parece “direcionar” a leitura a seu público: o combate às mudanças patrimoniais seria uma espécie de dever da classe política e da sociedade como um todo, porém, sem questionar a validade das instituições políticas vigentes.

2. A construção da “farra das passagens”

É forte entre os jornalistas o que se convencionou chamar de “paradigma do espelho”. Trata-se de uma noção amplamente difundida no meio profissional de que o jornalismo nada mais é que um mero reflexo da realidade. Assim, não só a realidade é



algo possível de ser apreendido, como as notícias nada mais são do que algo determinado por essa realidade.

O pesquisador português Nelson Traquina (1996) assim resume o que seria esse paradigma: “as notícias são como são porque a realidade assim as determina”. É como se o jornalismo, e conseqüentemente os meios de comunicação, fosse algo neutro que de forma simples e transparente refletisse exatamente os acontecimentos. Exemplo disso são os slogans publicitários de alguns veículos: “o mundo como ele é”, “a realidade das ruas”, etc.

Afastando-se dessa noção paradigmática, a compreensão de que o jornalismo é uma construção social nos parece mais pertinente para uma abordagem crítica sobre o caso “farra das passagens” no jornal O Povo. Não nos deteremos em descrever a gênese dessa corrente de pensamento marcada por autores como Berger & Luckmann (1978) ou mesmo por Tuchmann (1996), bem como por todo um conhecimento acumulado em teoria do jornalismo. No entanto, nos aproximamos de abordagens sobre a responsabilidade social da mídia - as relações entre jornalismo e democracia; “o jornalismo de denúncia” – bem como investigaremos estratégias usadas na construção das reportagens.

2.1. Jornalismo e democracia

O jornalismo e a democracia são duas coisas que existem independentes uma da outra. O jornalismo existe mesmo em países onde não há democracia. Quem chama atenção para o que pode parecer um paradoxo é o pesquisador norte-americano Michael Schudson em seu livro *The sociology of news*: “News and news institutions exist even where democracy does not. Public notification about politics does not require or even imply general political inclusion” (p. 197, 2003). Para isso, chama a atenção para o fato de existirem jornais em uma série de países onde imperam ditaduras. Mesmo assim, Schudson apresenta o contraponto de outros autores, como James Carey para quem o jornalismo na prática só pode ser pensado em contextos democráticos: “journalism as a practice is unthinkable except in the context of democracy; in fact, journalism is usefully understood as another name for democracy” (p. 198, 2003). O certo é que, dentro de um contexto democrático, há uma série de formas de o jornalismo atuar.

Em texto apresentado no encontro dos programas em pós-graduação em comunicação (Compós) em 2002, Alzira Alves Abreu chama a atenção para o fato de que as mudanças na estrutura da esfera pública desde a redemocratização do Brasil na



década de 1980 têm levado à imprensa a desempenhar um papel de ator de denúncias contra membros dos vários poderes.

No texto *Imprensa e responsabilidade política*, em que analisa a cobertura da imprensa no caso da violação do painel do Senado Federal em 2001 na votação da cassação do senador Luís Estêvão, Alzira demonstra que muitas vezes o que aparenta ser fruto de uma investigação jornalística bem apurada que se insere nas entranhas do poder para trazer à claridade o que se faz nos porões mais obscuros, muitas vezes é uma mera “entrega” intencional à imprensa de documentos a partir de interessados seja por serem adversários políticos, dissidentes ou empresários.

“A imprensa hoje recebe um elevado número de documentos e informações sobre diferentes assuntos ligados à política, a negócios empresariais e à atuação de personagens de grande visibilidade política. A imprensa nesse processo acaba desempenhando o papel de “caixa de correio”, ela recebe documentos e informações ao lado de sugestões e de pistas a serem seguidas na pesquisa. Muitas vezes as informações são preparadas dentro dos gabinetes ministeriais ou parlamentares e por integrantes de comissões governamentais. O que se observa nesses casos, é a pouca autonomia da imprensa em relação a outros universos sociais e as possibilidades de manipulação e instrumentalização são altas” (ABREU, 2002, p. 3)

Cabe então uma primeira observação sobre quem eram as fontes das denúncias da “farra das passagens”. Nessa busca, é possível uma revisão da gênese do caso. Feita essa revisão, buscaremos compreender as estratégias discursivas e algumas das opções editoriais.

2.2. O agendamento do caso

A primeira matéria publicada pelo jornal O Povo foi no dia 21 de abril de 2009. Tratava-se de uma notícia assinada pelas repórteres Hebelly Rebouças e Giselle Dutra com o título: “Cearenses lideram farra das passagens”. O termo “farra das passagens” já aparece, portanto, desde a primeira vez que o jornal abordou o tema. Os primeiros parágrafos já deixam claro quem é a fonte da informação: “Na farra das passagens aéreas pagas pela Câmara dos Deputados, cinco parlamentares cearenses estão entre os que mais utilizaram a cota para fazer ou dar de presente viagens ao Exterior. Levantamento realizado pelo portal Congresso em Foco mostra que o Ceará é o estado com maior número de deputados na lista dos campeões de viagens internacionais”.

O fato de a notícia do jornal O Povo ser a reprodução de uma série que estava sendo publicada em um site jornalístico já afasta a possibilidade de que as denúncias,



naquele momento inicial, fossem pautadas por algum interesse particular contrariado. O Congresso em foco se auto-define como um site jornalístico que existe de 2004 para “fiscalizar” atividades do poder legislativo. Não está vinculado a nenhum conglomerado de mídia e tem uma equipe formada por jornalistas que já atuaram em outros veículos de comunicação nacional.

O caso da “farra das passagens” começara no site no dia 16 de março de 2010 com a reportagem “De São Luís a Brasília, por conta do Senado” que narrava o financiamento por parte da senadora Roseana Sarney de viagem de sete pessoas, entre elas empresários, entre Brasília e São Luís num fim de semana. Dados públicos disponibilizados no Sistema Integrado de Administração Financeira (Siafi) do Governo Federal eram uma das principais fontes da matéria. O caso teria desdobramentos em outras matérias, mas a partir do dia 14 de abril com a repercussão de uma matéria que apresentou o financiamento da cota de passagens do deputado Fábio Faria, do Rio Grande do Norte, para viagem da apresentadora de TV Adriane Galisteu para participar de um “carnaval fora de época” em Natal, começou a ganhar contornos de uma investigação mais profunda. Essa investigação veio na matéria “Como conhecer o mundo por conta da Câmara” no dia 16 de abril. Apenas cinco dias após é que o jornal O Povo estamparia em suas páginas “a farra das passagens”.

A teoria do agendamento consiste, bem resumidamente, na capacidade de os veículos de comunicação de massa pautarem para a sociedade os temas de debate no cotidiano. Pode-se dizer que há três formas diferentes de este agendamento acontecer: autônomo (quando o agendamento parte da própria mídia); heterônomo (quando vem de fora para dentro dos veículos) e institucional (quando de forma permanente são elaboradas estratégias buscando a melhor visibilidade e melhor tratamento de temas). No caso do jornal O Povo, fica claro que o agendamento foi feito de forma autônoma já que não foi entregue ao jornal por um parlamentar, sindicato, entidade da sociedade civil ou um simples cidadão os documentos das reportagens.

Gaye Tuchmann tomou de empréstimo a Erving Goffman o conceito de enquadramento utilizando-o para a compreensão dos modos como os diversos operadores jornalísticos promovem recortes do real transformando-o em narrativas noticiosas.

Quando um indivíduo em nossa sociedade ocidental reconhece um determinado acontecimento, faça o que fizer, tende a envolver em sua resposta (e mesmo a usar) um ou mais quadros de referência ou esquemas interpretativos de um tipo



que chamamos de primário. Digo primário porque a principal aplicação desse quadro de referência ou perspectiva, por aqueles que o aplicam, são considerados como não dependentes – ou não remetem – a nenhuma interpretação anterior ou “original”; um quadro de referência primário é aquele que se considera que converge em algo que tem sentido o que de outra maneira seria um aspecto sem sentido da cena. (GOFFMAN, 2006, p.23)

A partir disso, pode-se dizer que a narrativa jornalística funciona a partir da seleção de aspectos contendo quadros de referência que permitirão ao leitor acesso a determinada visão. No caso da série de matérias do jornal O Povo, uma leitura dos títulos das notícias e reportagens nos permite chegar a três principais enquadramentos.

O primeiro deles, conforme já dito, é o uso do termo “farra”. Alzira Alves Abreu chama atenção para o fato de que a partir da redemocratização do país, a imprensa tem assumido um papel fiscalizador dos poderes públicos, exigindo, sobretudo, “moral”. Além disso, é na cobertura do Congresso Nacional onde essa fiscalização se faz de forma mais efetiva. No dia 22 de abril, o jornal trouxe como título uma reportagem intitulada “Deputado nega farra das passagens”. Ao lado, uma notícia menor (em forma de retranca) intitulada “Líderes já discutem pacote moralizador”. Quase nove meses após o início da série de reportagens, o jornal trouxe uma notícia com o título: “Cinco assessores de cearenses processados por farra das passagens”. Dentro da série, no dia 27 de abril trouxe ainda uma notícia com o título “Voto aberto decidirá sobre medidas moralizadoras”.

Fica claro portanto a associação a dois enquadramentos: a “farra” e a defesa do “fim da farra” através de “medidas moralizadoras”. A estrutura farra-fim de farra era recorrente inclusive nos textos. Na matéria “Até cota de quem morreu foi usada” (9/5/2009) há como intertítulo “Fim de Farra” e, novamente utilizando-se o site Congresso em Foco como fonte, a defesa de “medidas moralizadoras”.

Vale ressaltar ainda que o “fim da farra”, segundo o jornal, só aconteceu devido à pressão feita pelos próprios meios de comunicação. No dia 23 de abril, o jornal trouxe a matéria “Sob pressão, Congresso restringe uso”. A foto que ilustra a matéria demonstra bem a mensagem de que somente a pressão da mídia fez com que os parlamentares mudassem as regras da concessão de passagens aéreas. Na foto, o deputado federal Fernando Gabeira, do Partido Verde do Rio de Janeiro, aparece cercado pelos gravadores e microfones de várias emissoras de rádio e TV. Além disso, Gabeira aparece sorrindo com a testa franzida, como se fora uma criança flagrada por um adulto após alguma brincadeira proibida.



Há ainda no conjunto de textos um enquadramento que surge pelo fato de o jornal O Povo tratar-se de um veículo de comunicação regional. Havia uma preocupação com a presença e conduta específica dos parlamentares cearenses desde a primeira reportagem (“Cearenses lideram farra das passagens”, 21/04).

Em reportagem do dia 29 de abril (“Cearenses usam cota de passagem após o mandato”) a primeira frase do texto afirmava: “O Ceará é mais uma vez 'campeão' na categoria farra de passagens”. O texto seguia mostrando como três ex-parlamentares (Almeida de Jesus, do PR; João Alfredo, do PSOL; e Moroni Torgan, do DEM) permaneceram usando passagens da Câmara mesmo após o fim de seus mandatos.

Um dia antes, era a vez de o jornal apontar que o deputado Eugênio Rabelo fornecera passagens da Câmara para financiar viagens de jogadores do clube de futebol em que era presidente, o Ceará. “Eugênio Rabelo usou cota para viagem de jogadores” (28/04).

No dia 23 de abril, no entanto, o jornal trouxe matéria com título “Câmara solidária a Tasso”. A notícia era uma retranca da reportagem “Sob pressão, Congresso restringe uso”. Ao contrário do que o título sugeria, a Câmara não era a Câmara Federal, mas sim a Câmara Municipal de Fortaleza. Por fim, a última das reportagens: “Cinco assessores de cearenses processados por farra das passagens” (6/01/2010).

Considerações finais

É tomando como referência esta última matéria citada que tomamos algumas observações finais. A matéria do dia 6 de janeiro é a primeira abordagem do jornal ao fato após um hiato de quase oito meses. Retoma o tema no momento em que a Câmara dos Deputados abria processo administrativo contra funcionários e ex-funcionários dos parlamentares cearenses envolvidos na “Farra”.

No texto, elementos semelhantes às matérias anteriores, como a denominação “escândalo”, somados a um levantamento dos servidores acusados na sequência de matérias e o andamento atual dos processos nas comissões de sindicância do Congresso. A matéria que surge como conclusão involuntária da sequência, enfatiza, curiosamente, as investigações sobre a conduta de servidores, enquanto apenas um box lembra o destino dos parlamentares envolvidos.

Uma vez que esta reportagem não representou nova série sobre o assunto, há uma certa aparência de arrefecimento dos ânimos do jornal, após quase dois meses



ininterruptos de matérias entre abril e maio de 2009. Após o período o fato praticamente desaparece das páginas do O Povo.

Tal ocorrência parece conduzir a uma reflexão condizente à observação de Patrick Champagne citada neste artigo: embora o discurso do jornal traga elementos que o coloquem como um pretense porta-voz da sociedade civil, não parece ter havido um retorno da opinião pública suficientemente forte para que a abordagem se prolongasse. Sem um movimento mais intenso de manifestações desta mesma sociedade, a tentativa de mobilização da opinião pública por parte do jornal parece não ser suficiente.

Ou seja, neste raciocínio, a estratégia de conduzir leitores para determinada reflexão sobre patrimonialismo é que se faz evidente, numa iniciativa de se construir também aquilo que é visto como “opinião pública” e assim retratado pelas páginas do jornal.

Por fim, lança-se um questionamento: ao tecer críticas veementes ao patrimonialismo, não poderia ser visto o jornal – assim como outros veículos de comunicação brasileiros, que adotam abordagens semelhantes – como um agente em favor dos fundamentos da dominação legal-racional, adotando-a como legítima? Para além da sua função de denúncia, ou de prestação de serviços, estaria o veículo como um construtor da legitimidade da separação público e privado, tida como a representação de uma moralidade nas sociedades contemporâneas.

Bibliografia

ABREU, A. A. **Imprensa e Responsabilidade Política**. Rio de Janeiro, Anais do XI Encontro Anual da Compós, 2002.

BERGER, P. & LUCKMANN, T. **A Construção Social da Realidade**. Petrópolis, Vozes, 2006.

CARVALHO, J. M. de. **Fundamentos da política e da sociedade brasileiras**. In: AVELAR, L. & CINTRA, A. O. (org.). **Sistema político brasileiro: uma introdução**. Rio de Janeiro: Konrad Adenauer-Stiftung. São Paulo: Unesp, 2004.

CHAMPAGNE, P. **Formar a opinião – o novo jogo político**. Petrópolis, Vozes, 1998.

GOFFMAN, E.. **A Representação do eu na vida cotidiana**. Petrópolis, Vozes, 2006.

HOLANDA, S. B. de. **Raízes do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

TRAQUINA, N.. **Jornalismo: questões, teorias e estórias**. Lisboa, Vega, 1996.



TUCHMANN, G.. A objetividade como ritual estratégico: uma análise das noções de objetividade dos jornalistas. in TRAQUINA, N.. Jornalismo: questões, teorias e estórias. Lisboa, Vega, 1996.

WEBER, Max. Economia e Sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva. Vol. 2. Brasília: Editora da UnB, 1999.